JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E DIAGNÓSTICO SOCIAL NA AMAZÔNIA: EVIDÊNCIAS A PARTIR DE UM CONCURSO DE REDAÇÃO ESCOLAR

YOUTH PARTICIPATION AND SOCIAL DIAGNOSIS IN THE AMAZON: EVIDENCE FROM A SCHOOL ESSAY COMPETITION

Caio Lúcio Fenelon Assis Barros [1]
Victor de Almeida Conselvan [2]

Resumo: O estudo analisa redações de alunos em Itamarati (AM) para identificar desafios locais sob a ótica juvenil. Os textos destacam o consumo de drogas e a falta de lazer e oportunidades como problemas centrais. A análise conecta essas questões à carência de políticas públicas eficazes para a juventude da região. O artigo utiliza a democracia participativa para validar a escuta escolar como diagnóstico social.

Palavras-chave: Juventude; Participação Social; Diagnostico Social; Políticas Públicas; Amazônia.

Abstract: The study analyzes essays written by students in Itamarati (AM) to identify local challenges from a youth perspective. The texts highlight drug use and the lack of leisure spaces and opportunities as central problems. The analysis links these issues to the shortage of effective public policies for youth in the region. The article draws on participatory democracy to validate school-based listening as a tool for social diagnosis.

[1] Especialização em Direito Administrativo e Contratos (Universidade Cândido Mendes). Universidade Federal de Rondônia. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-3294-6100. E-mail: caioluciobarros@hotmail.com
[2] Doutor em Direito Público (UNISINOS). Universidade Federal de Rondônia. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0400-8208. E-mail: victor.conselvan@unir.br

Keywords: Youth; social participation; social diagnosis; public policy; Amazon region.

10.23925/2176-4174.37.2026e75568

Recebido em: 17/03/2026.
Aprovado em: 27/03/2026.
Publicado em: 07/04/2026.

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 2024 a Promotoria de Justiça da Comarca de Itamarati, no interior do Amazonas realizou um concurso de redação (Procedimento Administrativo nº 173.2024.000037) com estudantes do ensino médio da rede pública de ensino local, oportunidade em que foi questionado aos participantes, em sua visão, quais seriam os principais problemas da Cidade, bem como colher ideias de possíveis soluções.

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as respostas colhidas no referido concurso de redação. A pesquisa justifica-se pela importância de compreender as demandas e preocupações dos jovens, um grupo muitas vezes marginalizado nos processos de formulação de políticas públicas. Acredita-se que a percepção dos jovens sobre problemas como drogas, infraestrutura e saneamento básico oferece uma visão valiosa das reais necessidades da comunidade.

Itamarati é uma cidade de pequeno porte, localizada no Amazonas, com características geográficas e socioeconômicas que impõem desafios particulares. A distância dos grandes centros urbanos e a falta de infraestrutura dificultam o acesso a serviços essenciais, o que contribui para uma percepção negativa por parte dos jovens sobre seu ambiente. Dessa forma, a análise desses problemas é fundamental para apoiar decisões políticas que busquem promover o desenvolvimento e o bem-estar da população, especialmente da juventude.

Este estudo visa, portanto, contribuir para a construção de políticas públicas que respondam de forma efetiva às necessidades percebidas pelos jovens. Ao identificar e dar voz a essas percepções, espera-se que os resultados possam nortear ações específicas que valorizem a participação dos estudantes na busca por soluções para a cidade.

Além disso, os dados coletados poderão apoiar futuras investigações sobre a relação entre juventude e políticas públicas em áreas isoladas do Brasil, em especial da Amazônia, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e consciente sobre a juventude ribeirinha.

A análise das percepções juvenis assume especial relevância quando se considera o contexto socioespacial da Amazônia brasileira. Municípios localizados em áreas de difícil acesso enfrentam desafios estruturais que transcendem as dificuldades administrativas típicas da gestão pública local. A dispersão territorial, as limitações logísticas e a baixa densidade populacional frequentemente dificultam a implementação de políticas públicas universais, criando cenários nos quais as desigualdades territoriais se tornam mais acentuadas.

Nesse contexto, a escuta da população local torna-se elemento essencial para a formulação de diagnósticos sociais mais precisos. Em regiões onde os sistemas tradicionais de coleta de dados apresentam limitações — seja pela ausência de levantamentos estatísticos atualizados, seja pela dificuldade de acesso às comunidades — as percepções dos próprios moradores constituem uma importante fonte de informação para compreender as dinâmicas sociais e identificar prioridades de intervenção estatal.

A juventude, em particular, ocupa posição estratégica nesse processo. Por estar inserida simultaneamente nos espaços educacionais, familiares e comunitários, os jovens frequentemente possuem uma percepção abrangente sobre os problemas locais e sobre as transformações sociais em curso. Além disso, por vivenciarem diretamente as consequências das políticas públicas nas áreas de educação, lazer, segurança e saúde, suas experiências cotidianas oferecem elementos relevantes para a compreensão das lacunas existentes na atuação estatal.

No caso específico de Itamarati, município situado no interior do Amazonas e caracterizado por forte isolamento geográfico, tais percepções adquirem ainda maior relevância. A dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais, somada às limitações de infraestrutura e às barreiras logísticas impostas pela geografia amazônica, tende a influenciar significativamente a forma como os cidadãos percebem a atuação do poder público e avaliam a qualidade de vida no território.

Dessa forma, investigar as percepções da juventude local permite não apenas identificar problemas específicos enfrentados pela comunidade, mas também

compreender como esses desafios são interpretados pelos próprios moradores. Essa dimensão subjetiva da realidade social, muitas vezes negligenciada pelos instrumentos tradicionais de planejamento governamental, pode fornecer insights valiosos para a construção de políticas públicas mais sensíveis às necessidades locais.

Assim, o presente estudo busca contribuir para o debate acadêmico sobre participação social e políticas públicas em territórios periféricos, ao mesmo tempo em que oferece subsídios empíricos para a atuação institucional do Ministério Público na promoção de políticas públicas mais efetivas e participativas.

Apesar do crescente interesse acadêmico sobre participação social e governança democrática, ainda são relativamente escassos estudos empíricos que investiguem as percepções juvenis sobre políticas públicas em municípios amazônicos de pequeno porte. Grande parte da literatura concentra-se em contextos urbanos ou em mecanismos institucionalizados de participação, como conselhos e audiências públicas. Nesse cenário, iniciativas participativas de caráter educacional, como concursos de redação voltados à reflexão sobre problemas locais, permanecem pouco exploradas como fontes de dados para análise social. Ao examinar as percepções expressas por estudantes do ensino médio em um município do interior do Amazonas, o presente estudo busca contribuir para preencher essa lacuna, oferecendo evidências empíricas sobre como jovens interpretam os desafios enfrentados por suas comunidades e sobre o potencial de metodologias participativas para subsidiar diagnósticos sociais.

2. METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), com o objetivo de analisar dados provenientes das redações submetidas ao *1º Concurso de Redação da Promotoria de Justiça de Itamarati*, promovido em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Políticas Públicas e Defesa da Cidadania (CAO-PDC).

O concurso propôs aos estudantes do ensino médio da rede pública de Itamarati o tema: *"Para você, qual é o principal problema da cidade de Itamarati e, se fosse Prefeito(a), o que faria para tentar resolvê-lo?"*. Essa metodologia permitiu mapear as percepções juvenis acerca das problemáticas locais e identificar tendências relevantes para o planejamento de políticas públicas.

Foi feita a análise de cada uma das redações, entabulando os dados sobre os problemas citados (era possível citar mais de um problema em cada redação), e, a partir de então, verificar a frequência de cada um e estruturar os resultados estatisticamente.

A partir de tais dados, pode-se passar para uma avaliação qualitativa dos resultados obtidos, tentando identificar a causa e eventualmente propor soluções e/ou direcionamento de políticas públicas para minimizar os problemas.

Foi também feita a análise de estudos acerca da participação social na formulação de políticas públicas, com destaque para a perspectiva *botton-up* que propõe uma leitura primeiramente dos administrados e população em geral sobre suas percepções e necessidades.

Outro aspecto relevante da abordagem metodológica adotada neste estudo diz respeito à utilização de redações escolares como fonte de dados para análise social. Embora esse tipo de material seja tradicionalmente associado a atividades pedagógicas, diversos estudos no campo das ciências sociais e da educação têm demonstrado seu potencial como instrumento de investigação qualitativa, especialmente quando se busca compreender percepções e experiências subjetivas de determinados grupos sociais.

As redações produzidas pelos estudantes constituem registros discursivos que refletem não apenas opiniões individuais, mas também experiências coletivas compartilhadas no contexto comunitário. Ao expressarem suas percepções sobre os problemas da cidade e as possíveis soluções para enfrentá-los, os participantes mobilizam conhecimentos adquiridos em diferentes esferas da vida social, incluindo a convivência familiar, a experiência escolar e a observação cotidiana da realidade local.

Essa característica torna as redações uma fonte particularmente rica para a análise qualitativa. Diferentemente de questionários estruturados, que tendem a limitar as respostas a categorias previamente definidas pelo pesquisador, os textos produzidos livremente pelos estudantes permitem a emergência de temas inesperados e oferecem maior liberdade para a expressão de ideias e sentimentos.

Além disso, a utilização de textos escritos possibilita identificar não apenas os problemas mencionados com maior frequência, mas também as conexões estabelecidas pelos próprios participantes entre diferentes dimensões da realidade social. Em diversas redações analisadas neste estudo, por exemplo, observou-se que

os estudantes frequentemente relacionavam problemas como drogas, falta de lazer e ausência de oportunidades, evidenciando uma percepção integrada dos desafios enfrentados pela juventude local.

Do ponto de vista metodológico, essa abordagem também apresenta vantagens no que se refere à redução de vieses associados à presença do pesquisador. Como os textos foram produzidos no contexto de uma atividade educacional previamente planejada, os estudantes puderam expressar suas percepções de forma relativamente espontânea, sem a influência direta de entrevistas ou questionários conduzidos por pesquisadores.

Por fim, cabe destacar que a combinação entre análise quantitativa e qualitativa permitiu explorar diferentes dimensões dos dados coletados. Enquanto a análise estatística possibilitou identificar padrões de recorrência nas menções aos problemas locais, a leitura qualitativa das redações contribuiu para compreender os significados atribuídos pelos estudantes a esses problemas e às soluções propostas.

Essa integração metodológica fortalece a robustez do estudo, permitindo que os resultados sejam interpretados tanto em termos de frequência estatística quanto de profundidade analítica.

A utilização de redações escolares como fonte de dados para análise social constitui uma estratégia metodológica ainda pouco explorada no campo das políticas públicas. Embora frequentemente utilizadas em contextos pedagógicos, as produções textuais de estudantes podem revelar percepções sociais relevantes e oferecer insights sobre a forma como jovens interpretam os problemas enfrentados por suas comunidades. Nesse sentido, o presente estudo busca contribuir também para o debate metodológico sobre o uso de fontes discursivas produzidas em contextos educacionais como instrumento de investigação qualitativa.

3. O MINISTÉRIO PÚBLICO, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E A INDUÇÃO *BOTTOM-UP* DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A incorporação da participação social nos processos de formulação de políticas públicas constitui elemento central das teorias contemporâneas da democracia participativa, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais e baixa capacidade administrativa estatal. Em oposição aos modelos tradicionais de decisão *top-down*, a literatura aponta que políticas públicas mais

eficazes e legítimas tendem a emergir de processos *bottom-up,* nos quais as demandas, percepções e conhecimentos dos atores locais são considerados desde a fase de diagnóstico dos problemas públicos.

A democracia participativa, nesse contexto, propõe a ampliação dos espaços deliberativos para além das instâncias representativas formais. Para Jürgen Habermas (1997), a legitimidade das decisões públicas está associada à formação discursiva da vontade coletiva, construída por meio da participação dos cidadãos em processos comunicativos orientados pelo debate racional. Assim, a participação social não se limita a um papel consultivo, mas constitui elemento estruturante da própria validade democrática das decisões estatais.

De forma complementar, Carole Pateman (1970) sustenta que a participação direta exerce função pedagógica, fortalecendo a cidadania ativa e ampliando a capacidade dos indivíduos de compreender e influenciar os processos decisórios que afetam suas vidas. Contudo, a autora alerta que a participação somente se revela democrática quando acompanhada de possibilidade real de influência, e não quando reduzida a mecanismos simbólicos de escuta.

Essa advertência é aprofundada por Sherry Arnstein (1969), ao propor a conhecida “escada da participação”, na qual distingue níveis que variam desde a manipulação até o efetivo controle cidadão. Segundo a autora, processos participativos que não resultam em redistribuição de poder tendem a funcionar como instrumentos de legitimação institucional, sem impacto concreto sobre as decisões públicas.

No campo das políticas públicas, os modelos *bottom-up* reforçam a importância do conhecimento situado na construção de soluções eficazes. Michael Lipsky (1980) demonstra que a implementação das políticas é fortemente influenciada por interpretações locais, o que evidencia a necessidade de considerar as percepções dos sujeitos diretamente afetados. De forma convergente, Elinor Ostrom (1990) comprova empiricamente que comunidades locais são capazes de identificar problemas e gerir recursos comuns de maneira eficiente, desde que disponham de canais institucionais adequados de participação.

É nesse arcabouço teórico que se insere o papel do Ministério Público como indutor de políticas públicas participativas. A Constituição Federal de 1988 conferiu à instituição a missão de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os

interesses sociais e individuais indisponíveis, o que permite compreender sua atuação para além da função repressiva ou judicializante. O Ministério Público possui legitimidade institucional para promover a escuta social, sistematizar demandas coletivas e induzir agendas públicas orientadas por evidências empíricas.

Em municípios amazônicos de pequeno porte, como Itamarati, onde os canais formais de participação são escassos e a distância dos centros decisórios é acentuada, a atuação do Ministério Público assume relevância estratégica. A instituição passa a funcionar como mediadora entre sociedade e poder público, reduzindo assimetrias informacionais e conferindo visibilidade institucional a demandas frequentemente invisibilizadas.

A realização do concurso de redação analisado neste estudo dialoga diretamente com esse referencial. Ao promover uma escuta qualificada da juventude local, o Ministério Público adotou uma prática alinhada aos pressupostos da democracia participativa e dos modelos *bottom-up*. Ainda que não se trate de um mecanismo participativo clássico, a iniciativa permitiu que os próprios jovens identificassem os principais problemas da cidade e sugerissem soluções, produzindo um diagnóstico social baseado em vivências concretas.

A relevância dessa prática é ampliada quando se considera que a juventude costuma ser marginalizada nos processos formais de formulação de políticas públicas. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos capazes de produzir conhecimento social válido, o Ministério Público contribui para ampliar o conceito de cidadania participativa e fortalecer a legitimidade democrática das ações institucionais subsequentes.

Assim, o concurso de redação não se configura apenas como uma atividade pedagógica ou institucional, mas como um instrumento empírico de indução *bottom-up* de políticas públicas, cujos resultados podem — e devem — orientar a atuação administrativa e judicial do Ministério Público. A utilização dessas percepções como subsídio para procedimentos administrativos, recomendações e Ações Civis Públicas fortalece o vínculo entre participação social e efetividade das políticas públicas, especialmente no contexto amazônico, marcado por déficits históricos de implementação.

Além da literatura clássica sobre participação cidadã, estudos mais recentes têm destacado o papel específico da juventude nos processos de governança democrática. A participação juvenil tem sido compreendida não apenas como

mecanismo de inclusão social, mas também como instrumento de inovação institucional, capaz de ampliar a capacidade do Estado de identificar problemas emergentes e formular respostas mais adequadas às realidades locais.

Segundo Checkoway (2011), jovens frequentemente possuem percepções diferenciadas sobre os problemas comunitários, uma vez que experimentam de forma direta as consequências de falhas nas políticas públicas relacionadas à educação, lazer, segurança e oportunidades socioeconômicas. Essa perspectiva permite que sua participação contribua para ampliar a diversidade de informações disponíveis para os tomadores de decisão, enriquecendo os processos de diagnóstico e planejamento governamental.

No campo da administração pública, a literatura tem apontado que mecanismos participativos voltados à juventude podem fortalecer tanto a legitimidade das instituições quanto a eficácia das políticas públicas. Hart (1992), ao desenvolver o conceito de “escada da participação juvenil”, argumenta que a participação efetiva ocorre quando os jovens deixam de ser meros destinatários de políticas públicas e passam a atuar como sujeitos ativos na identificação de problemas e na construção de soluções.

Essa abordagem dialoga diretamente com o conceito de governança colaborativa, segundo o qual a formulação de políticas públicas deve envolver múltiplos atores sociais, incluindo cidadãos, organizações comunitárias e instituições públicas (ANSSELL; GASH, 2008). Em contextos de baixa capacidade estatal, como frequentemente ocorre em municípios periféricos ou isolados, a participação social pode desempenhar papel fundamental na produção de conhecimento local, contribuindo para superar déficits informacionais do poder público.

No contexto amazônico, essas dinâmicas tornam-se ainda mais relevantes. Municípios localizados em regiões de difícil acesso frequentemente enfrentam limitações estruturais relacionadas à infraestrutura, logística e capacidade administrativa. Nessas circunstâncias, o conhecimento produzido pela própria comunidade torna-se recurso estratégico para a formulação de políticas públicas mais aderentes às necessidades locais.

Assim, iniciativas institucionais voltadas à escuta da juventude podem funcionar como mecanismos inovadores de diagnóstico social. Ao sistematizar percepções juvenis sobre os problemas comunitários, tais iniciativas permitem

identificar demandas frequentemente invisibilizadas nos processos tradicionais de planejamento governamental. Dessa forma, a participação juvenil não apenas fortalece a democracia participativa, mas também contribui para aprimorar a capacidade do Estado de responder a desafios complexos em contextos territoriais específicos.

4. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

4.1. Perfil da amostra e Tratamento Estatístico

A amostra deste estudo foi composta por 56 estudantes do ensino médio da rede pública de Itamarati, representando 14,7% do total de 381 alunos matriculados nos períodos integral e noturno. Embora a participação tenha sido voluntária, sua composição reflete um equilíbrio razoável, com 55% dos participantes identificando-se como do gênero feminino e 45% como do gênero masculino, uma distribuição alinhada com a composição geral das turmas, indicando boa representatividade para ambos os gêneros.

A análise dos dados coletados foi realizada utilizando-se uma abordagem estatística descritiva, com foco na frequência absoluta e relativa dos problemas apontados pelos participantes do concurso de redação. Inicialmente, foi contabilizado o número total de vezes que cada problema foi mencionado pelos alunos, estabelecendo-se a frequência absoluta como métrica básica para identificar os temas mais recorrentes. Em seguida, a frequência relativa foi calculada para expressar a proporção de cada problema em relação ao total de redações analisadas, permitindo uma visualização mais clara da relevância de cada questão no conjunto dos dados.

O número de participantes reflete um engajamento considerável, especialmente em uma iniciativa de caráter voluntário em um município de pequeno porte. Esse dado revela um interesse genuíno dos jovens em discutir os desafios locais e propor soluções, o que evidencia o potencial do protagonismo juvenil na identificação de prioridades comunitárias e no apoio ao planejamento de políticas públicas. A diversidade de perspectivas coletadas é particularmente relevante, considerando que os estudantes participantes estão diretamente expostos às condições socioeconômicas e culturais de Itamarati.

Para assegurar a representatividade dos resultados e a precisão das estimativas, utilizou-se uma correção para população finita. Essa técnica foi

necessária porque a amostra analisada, composta por 56 redações, representa uma parcela menor da população total de 381 alunos matriculados no ensino médio da rede pública de Itamarati. A correção levou em consideração a proporção esperada de respostas, o tamanho da amostra e o total da população, calculando a margem de erro em aproximadamente 10,23%, com um nível de confiança de 95%. Esse procedimento estatístico conferiu maior robustez aos resultados, mesmo considerando as limitações impostas pelo tamanho da amostra.

A margem de erro foi calculada, como explanado, utilizando a fórmula para populações finitas, e estimando a proporção “p” em 50%, que é a mais conservadora em termos estatísticos. O nível de confiança foi fixado em 95%, correspondendo a um valor “Z” de 1,96 na distribuição normal padrão. A fórmula inclui um ajuste para refletir a relação entre o tamanho da amostra e o tamanho total da população, garantindo que o resultado seja adequado mesmo em populações pequenas. Esse cálculo técnico reforça a credibilidade dos dados e sua aplicabilidade no contexto analisado.

4.2. Categorização dos dados

Os dados foram coletados a partir de um conjunto de 56 redações submetidas pelos alunos participantes. As redações foram transcritas e submetidas a uma tabulação inicial, em que cada problema apontado foi registrado e categorizado para análise. Essa etapa envolveu leitura atenta dos textos, identificação de temas centrais e agrupamento das menções em categorias temáticas, a exemplo de "drogas", "esporte/lazer", "acesso a água potável" e outras.

A categorização seguiu critérios de recorrência e relevância, agrupando problemas similares sob nomenclaturas padronizadas. Por exemplo, "falta de espaços de lazer" e "inexistência de áreas esportivas" foram classificados como "esporte/lazer". Essa técnica permitiu uma análise mais clara das frequências e padrões temáticos.

5. ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Principais problemas apontados

A análise descritiva dos dados coletados a partir das redações dos estudantes revelou uma diversidade de preocupações, com destaque para problemas como drogas, esporte/lazer e acesso a água potável, que juntos representam uma parte

significativa das menções. Esses temas refletem questões estruturais e sociais que impactam diretamente o cotidiano da juventude de Itamarati.

O problema mais citado foi drogas, com 21 menções, correspondendo a 37,5% do total de respostas analisadas. Essa preocupação ressalta a percepção dos jovens sobre a vulnerabilidade de sua comunidade frente ao uso e tráfico de entorpecentes, indicando a necessidade de intervenções urgentes, como programas de prevenção, fortalecimento de políticas de segurança pública e criação de mecanismos de apoio psicológico para a juventude.

Em seguida, esporte/lazer foi apontado em 20 redações, representando 35,71% das menções. A ausência de espaços recreativos adequados e a falta de infraestrutura para atividades esportivas destacam-se como uma deficiência estrutural que afeta não apenas o bem-estar físico dos jovens, mas também sua integração social. A carência de lazer muitas vezes é associada ao aumento de comportamentos de risco, como o uso de drogas, reforçando a necessidade de investimentos em espaços comunitários.

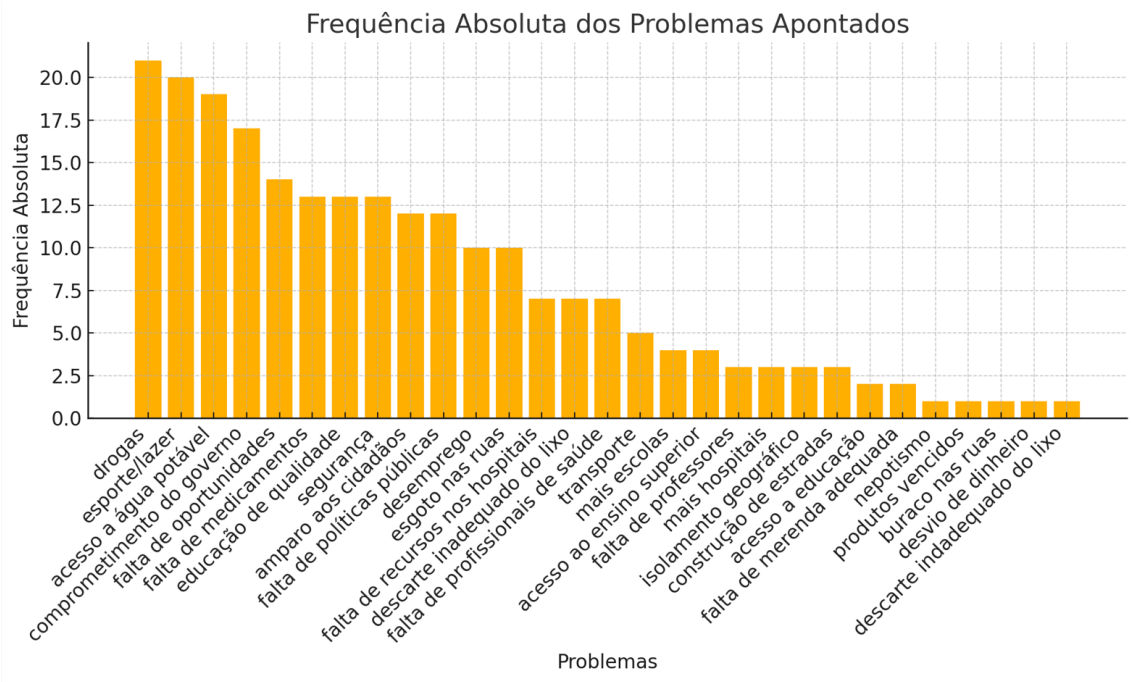
O tema acesso a água potável e saneamento básico também emergiu como uma questão crítica, sendo citado em 19 redações, o que equivale a 33,93% das respostas. A falta de água tratada e de infraestrutura de saneamento adequado expõe a população local a sérios riscos de saúde pública, incluindo doenças de veiculação hídrica, além de comprometer a qualidade de vida. Esse problema evidencia a necessidade de políticas públicas que priorizem a melhoria da infraestrutura sanitária e a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Outros problemas de destaque incluem comprometimento do governo (17 menções; 30,36%), que reflete uma insatisfação com a gestão pública local e a percepção de negligência em relação às demandas comunitárias, e falta de oportunidades (14 menções; 25,00%), que evidencia a escassez de iniciativas voltadas para a geração de empregos, qualificação profissional e inclusão socioeconômica.

Outros temas relevantes tiveram menções menores do que 25%, como falta de medicamentos e falta de profissionais de saúde, destacando a precariedade dos serviços de saúde pública no município. Adicionalmente, temas como educação de qualidade (13 menções) e esgoto nas ruas (10 menções) reforçam a necessidade de

políticas públicas integradas que contemplem tanto a infraestrutura quanto o desenvolvimento humano.

Embora menos frequentes, problemas como descarte inadequado do lixo (7 menções) e isolamento geográfico (3 menções) foram mencionados, refletindo preocupações com a sustentabilidade ambiental e as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.



Os dados analisados destacam que, embora existam problemas estruturais mais amplos, os jovens demonstram sensibilidade e clareza ao identificar prioridades que impactam diretamente sua qualidade de vida. As estatísticas reforçam a necessidade de ações governamentais direcionadas e integradas, que respondam tanto às demandas sociais quanto às necessidades de infraestrutura do município. Esses achados oferecem uma base consistente para a formulação de políticas públicas mais efetivas e inclusivas.

A distribuição das respostas também revela um aspecto relevante: os problemas identificados pelos estudantes tendem a apresentar forte interdependência. Temas como drogas, ausência de espaços de lazer e falta de oportunidades aparecem frequentemente associados nas redações, sugerindo que os jovens percebem essas questões como parte de um mesmo conjunto de desafios sociais.

Essa percepção dialoga com estudos que apontam que a vulnerabilidade juvenil costuma resultar da combinação de fatores estruturais, como pobreza, ausência de políticas públicas e limitações no acesso a oportunidades educacionais e culturais. Dessa forma, a identificação simultânea desses problemas nas redações indica que os estudantes possuem uma compreensão relativamente sofisticada da realidade social em que estão inseridos.

Outro aspecto relevante diz respeito à capacidade dos jovens de estabelecer conexões entre problemas estruturais e falhas institucionais. A recorrência de menções ao “comprometimento do governo” sugere que os participantes não percebem os desafios enfrentados pelo município apenas como dificuldades naturais decorrentes do isolamento geográfico, mas também como resultado de lacunas na atuação do poder público.

Essa percepção evidencia um nível significativo de consciência cívica entre os estudantes, o que reforça a importância de incluí-los em processos participativos. A literatura sobre participação cidadã aponta que experiências de escuta institucional podem contribuir para fortalecer a cultura democrática e estimular o engajamento político da juventude.

Além disso, a diversidade de temas identificados nas redações demonstra que os jovens possuem uma visão ampla sobre as necessidades da comunidade. Ainda que alguns problemas tenham sido mencionados com maior frequência, a presença de outras questões — como saúde pública, educação e gestão de resíduos — indica que os estudantes estão atentos a diferentes dimensões do desenvolvimento local.

Essa multiplicidade de percepções reforça o potencial das metodologias participativas como instrumento de diagnóstico social. Ao permitir que diferentes vozes expressem suas percepções sobre os problemas comunitários, tais metodologias contribuem para a construção de diagnósticos mais abrangentes e sensíveis às realidades locais.

A interpretação desses resultados ganha maior significado quando analisada à luz das teorias de participação democrática e governança colaborativa discutidas no referencial teórico. As percepções manifestadas pelos estudantes revelam não apenas preocupações individuais, mas diagnósticos sociais compartilhados que refletem experiências coletivas vivenciadas no cotidiano da comunidade.

5.2 Interpretação dos resultados à luz da democracia participativa

A interpretação dos dados obtidos no concurso de redação pode ser enriquecida quando analisada à luz do referencial teórico da democracia participativa e dos modelos bottom-up de formulação de políticas públicas discutidos anteriormente. As percepções expressas pelos estudantes de Itamarati revelam não apenas preocupações individuais, mas também a existência de diagnósticos sociais compartilhados, que refletem experiências coletivas vivenciadas no cotidiano da comunidade.

Nesse sentido, os resultados empíricos obtidos dialogam diretamente com a perspectiva habermasiana de democracia deliberativa. Conforme sustenta Habermas (1997), a legitimidade das decisões públicas depende da possibilidade de que os cidadãos participem, ainda que indiretamente, da formação da vontade coletiva por meio de processos comunicativos orientados pelo debate racional. Embora o concurso de redação não constitua um espaço deliberativo formal, a iniciativa permitiu que jovens expressassem suas percepções sobre problemas públicos relevantes, contribuindo para ampliar o fluxo de informações entre sociedade e instituições estatais.

De forma complementar, os dados também podem ser interpretados à luz da teoria da participação cidadã desenvolvida por Pateman (1970). Para a autora, a participação possui importante dimensão pedagógica, pois contribui para o desenvolvimento de competências cívicas e para o fortalecimento da consciência política dos cidadãos. Ao convidar os estudantes a refletirem sobre os problemas da cidade e a sugerirem soluções, o concurso de redação promoveu um exercício de cidadania ativa, incentivando os jovens a se perceberem como sujeitos capazes de influenciar a realidade social.

Os resultados também dialogam com a tipologia proposta por Arnstein (1969) em sua clássica “escada da participação”. Ainda que a iniciativa analisada neste estudo não represente um mecanismo institucionalizado de participação decisória, ela pode ser compreendida como um estágio intermediário de consulta cidadã, no qual as percepções da população são coletadas e sistematizadas com o objetivo de subsidiar decisões públicas. Quando tais percepções são efetivamente utilizadas para orientar ações institucionais — como procedimentos administrativos, recomendações ou ações judiciais — a participação tende a adquirir maior relevância prática.

A identificação recorrente de problemas como drogas, ausência de espaços de lazer e falta de oportunidades também encontra respaldo nas análises de Lipsky (1980) sobre a implementação de políticas públicas. Segundo o autor, a forma como os cidadãos experimentam as políticas públicas em seu cotidiano influencia significativamente suas percepções sobre a atuação do Estado. Assim, as preocupações expressas pelos estudantes refletem não apenas problemas objetivos do município, mas também experiências concretas de interação com as instituições públicas responsáveis por enfrentar tais desafios.

Por fim, os resultados obtidos podem ser interpretados à luz da abordagem institucional desenvolvida por Ostrom (1990), que enfatiza o papel das comunidades locais na identificação e gestão de problemas coletivos. A capacidade demonstrada pelos estudantes de identificar prioridades comunitárias e propor soluções evidencia que o conhecimento social produzido no nível local pode constituir recurso estratégico para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às realidades territoriais.

Dessa forma, a análise empírica realizada neste estudo reforça a premissa central das teorias participativas: a inclusão de diferentes atores sociais nos processos de diagnóstico e formulação de políticas públicas tende a ampliar a legitimidade das decisões estatais e a melhorar a qualidade das respostas institucionais aos problemas coletivos.

6. DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS COLETADOS

A análise dos problemas apontados pelos jovens de Itamarati oferece uma visão abrangente das questões estruturais e sociais que afetam o município. Os dados revelam que os participantes têm uma compreensão aprofundada das dificuldades enfrentadas por sua comunidade, com destaque para problemas relacionados à segurança, lazer, infraestrutura e políticas públicas. Essa percepção evidencia a maturidade e o senso de responsabilidade dos estudantes, bem como a relevância de incluí-los em processos consultivos e decisórios.

Os resultados obtidos neste estudo também podem ser interpretados à luz da literatura sobre desenvolvimento local e políticas públicas em regiões periféricas. Municípios situados em áreas geograficamente isoladas, como ocorre em grande

parte da Amazônia, frequentemente enfrentam desafios estruturais relacionados à oferta de serviços públicos e à implementação de políticas sociais.

Nesse contexto, a percepção dos jovens sobre problemas como saneamento básico, falta de oportunidades e ausência de espaços de lazer reflete dificuldades historicamente presentes em territórios caracterizados por baixa densidade populacional, limitações logísticas e dependência de transferências governamentais. Esses fatores tendem a dificultar a implementação de políticas públicas universais, gerando desigualdades territoriais persistentes.

A identificação desses problemas pelos estudantes evidencia que as percepções juvenis podem funcionar como importantes indicadores sociais. Ao expressarem suas experiências cotidianas, os jovens revelam dimensões da realidade local que nem sempre são captadas por indicadores estatísticos tradicionais. Dessa forma, a análise dessas percepções contribui para complementar os instrumentos convencionais de diagnóstico utilizados pela administração pública.

Outro aspecto relevante diz respeito ao potencial pedagógico da participação social. A literatura sobre democracia participativa aponta que processos participativos podem contribuir para fortalecer valores cívicos, estimular o senso de pertencimento comunitário e ampliar a compreensão dos cidadãos sobre o funcionamento das instituições públicas.

Nesse sentido, iniciativas como o concurso de redação analisado neste estudo podem produzir efeitos que ultrapassam a produção de dados para pesquisa. Ao convidar os estudantes a refletirem sobre os problemas da cidade e a proporem soluções, a atividade também estimula o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania ativa e ao pensamento crítico.

Os resultados destacam a interconexão entre os problemas mencionados, especialmente no que diz respeito às drogas, esporte/lazer e saneamento básico. A ausência de espaços recreativos, por exemplo, não apenas limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social, mas também contribui para a vulnerabilidade dos jovens ao uso de drogas. Do mesmo modo, a precariedade na infraestrutura de saneamento básico não só afeta a saúde pública, mas também reforça um sentimento de abandono pela gestão pública local.

Ao discutir as implicações desses dados, é possível identificar que muitos dos problemas apontados refletem desafios comuns a municípios de pequeno porte na

Amazônia, que enfrentam limitações financeiras e logísticas para a implementação de políticas públicas abrangentes. No entanto, os *insights* fornecidos pelos estudantes também revelam oportunidades para intervenções específicas e de impacto direto, que podem transformar as condições de vida na comunidade.

6.1 Reflexão sobre os problemas apontados

Os problemas mais frequentemente apontados, como drogas, esporte/lazer e saneamento básico, refletem questões estruturais que têm impacto direto no cotidiano dos jovens de Itamarati. A alta incidência de menções ao tema das drogas sugere que o município enfrenta desafios relacionados à segurança pública e à prevenção do uso de substâncias ilícitas. Isso pode ser resultado de uma combinação de fatores, como falta de alternativas de lazer, baixa oferta de apoio psicológico e limitada atuação de programas de conscientização.

A ausência de espaços destinados ao esporte e ao lazer, citada em quase 35,71% das respostas, evidencia uma lacuna significativa na infraestrutura social do município. A falta de áreas públicas bem conservadas afeta não apenas a saúde física e mental dos jovens, mas também limita o desenvolvimento de habilidades sociais e a criação de vínculos comunitários. Essa carência reforça a necessidade de políticas públicas que priorizem a criação e manutenção de espaços recreativos.

Já os problemas relacionados ao acesso a água potável e saneamento básico, mencionados por mais de 33,36% dos participantes, indicam uma falha estrutural grave que impacta diretamente a saúde pública. A inexistência de redes adequadas de abastecimento de água e tratamento de esgoto não apenas expõe a população a doenças, mas também compromete a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Esses problemas, embora comuns em regiões periféricas e isoladas, requerem soluções urgentes para garantir o bem-estar da população.

6.2 Propostas dos participantes

As redações analisadas também trouxeram sugestões valiosas para solucionar os problemas apontados, evidenciando o protagonismo juvenil e a capacidade dos estudantes de contribuírem para a construção de políticas públicas. Para o enfrentamento das drogas, os participantes sugeriram iniciativas como

campanhas educativas nas escolas, criação de programas de apoio psicológico e fortalecimento das ações de segurança pública. Essas propostas destacam a importância de intervenções integradas que envolvam a comunidade escolar, as famílias e os órgãos de segurança.

Em relação à falta de espaços para esporte e lazer, as sugestões incluem a construção de quadras esportivas, praças e centros comunitários, bem como a organização de eventos recreativos e culturais. Essas iniciativas não apenas atenderiam à demanda por infraestrutura, mas também promoveriam a inclusão social e reduziriam a vulnerabilidade dos jovens a comportamentos de risco. A criação de parcerias público-privadas foi mencionada como uma alternativa para viabilizar tais projetos, especialmente em um contexto de escassez de recursos públicos.

Para resolver os problemas de saneamento básico, os participantes propuseram ações como a ampliação da rede de distribuição de água potável, implantação de sistemas de tratamento de esgoto e campanhas de conscientização sobre a importância da gestão de resíduos. Essas sugestões mostram que os jovens estão cientes da complexidade dos desafios e da necessidade de soluções estruturadas e sustentáveis. A valorização de projetos que integrem educação ambiental e investimentos em infraestrutura é fundamental para o sucesso dessas iniciativas.

6.3 Implicações para a administração pública

Os dados e reflexões apresentados neste estudo têm implicações diretas para a administração pública de Itamarati. A partir das percepções e propostas dos jovens, fica evidente a necessidade de um planejamento governamental mais alinhado às demandas da população, especialmente em áreas críticas como segurança, lazer e infraestrutura. Os resultados reforçam a importância de ouvir os jovens como agentes de transformação social e incorporá-los nos processos de elaboração de políticas públicas.

Para enfrentar o problema das drogas, por exemplo, a administração pública pode implementar programas integrados de prevenção e reabilitação, em parceria com escolas, organizações não governamentais e forças de segurança. A criação de campanhas de conscientização voltadas para pais e educadores também pode

fortalecer o suporte à juventude e reduzir os impactos do uso de substâncias ilícitas na comunidade.

A carência de espaços para esporte e lazer aponta para a necessidade de investimentos em infraestrutura social. Além de construir espaços recreativos, o governo municipal pode promover programas regulares de atividades esportivas e culturais, que incentivem a participação da população. Essas ações não apenas atendem a uma demanda evidente, mas também contribuem para o fortalecimento da coesão social e a redução de comportamentos de risco.

No que diz respeito ao saneamento básico, a administração pública deve priorizar a captação de recursos para ampliar a rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Parcerias com os governos estadual e federal, além de organizações internacionais, podem ser uma alternativa viável para financiar projetos de infraestrutura. A implementação de políticas de gestão de resíduos e educação ambiental também pode gerar impactos positivos duradouros, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do município.

Por parte do Ministério Público do Estado do Amazonas, que idealizou a realização do concurso de redação, a coleta dos dados também foi importante para direcionar suas ações junto ao poder público na solução dessas demandas prioritárias na visão dessa parcela da população.

Nesse sentido, existe o Procedimento Administrativo nº 173.2024.000046 instaurado para acompanhar a implementação e desenvolvimento de políticas sobre drogas no âmbito do Município, e assim poder criar programas para recuperação de dependentes químicos, o que, consequentemente, levará a melhora na percepção da população sobre a segurança pública, que também já vem sendo tratado pela Promotoria de Justiça local através da Ação Civil Pública nº 0000137-49.2020.8.04.4801.

Já com relação a políticas de saneamento básico, igualmente já houve ação judicial do *Parquet,* por meio da Ação Civil Pública nº 0600170-51.2024.8.04.4800 e Procedimento Administrativo Nº 173.2019.000013 visando garantir a expansão e melhorias da rede de coleta de água e esgoto, bem como a apresentação de um plano para universalização do serviço, fato que, necessariamente, refletirá também da melhoria dos índices de saúde pública.

Por fim, restou demonstrado somente uma carência, por enquanto, de providências efetivas por parte do Ministério Público visando cobrar a adoção de políticas ou projetos visando o fomento do esporte e lazer para a juventude, o que, certamente, contribuirá necessariamente para melhoria dos índices relacionados a drogas e saúde pública.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou as percepções da juventude do Município de Itamarati/AM acerca dos principais problemas enfrentados pela comunidade local, a partir dos dados coletados no 1º Concurso de Redação promovido pela Promotoria de Justiça da comarca. A análise empírica das redações revelou que os estudantes do ensino médio demonstram elevada capacidade de diagnóstico social, identificando de forma clara e consistente problemas estruturais como drogas, saneamento básico, acesso à água potável, ausência de espaços de esporte e lazer e fragilidades na atuação governamental.

À luz do referencial teórico da democracia participativa e dos modelos *bottom-up* de formulação de políticas públicas, os achados do estudo reforçam a compreensão de que a participação social — especialmente da juventude — constitui elemento fundamental para a construção de políticas públicas mais legítimas e alinhadas às realidades locais. As percepções juvenis analisadas não se limitaram a manifestações subjetivas, mas expressaram demandas coletivas recorrentes, fortemente conectadas às condições materiais de vida no território amazônico.

Os resultados empíricos confirmam que a juventude, quando adequadamente estimulada e institucionalmente reconhecida, é capaz de contribuir de forma substantiva para a identificação de prioridades públicas e para a proposição de soluções, em consonância com os pressupostos da democracia participativa e da formulação *bottom-up* de políticas públicas. Essa constatação ganha especial relevância em municípios amazônicos de pequeno porte, nos quais os canais tradicionais de participação são escassos e as decisões governamentais frequentemente se mostram distantes das necessidades concretas da população.

Nesse contexto, o concurso de redação analisado assume relevância que extrapola seu caráter pedagógico, configurando-se como instrumento de escuta social qualificada e de indução participativa de políticas públicas. A iniciativa evidencia o

papel do Ministério Público como agente institucional capaz de mediar a relação entre sociedade e poder público, reduzindo assimetrias informacionais e conferindo visibilidade a demandas historicamente marginalizadas, como as da juventude.

A sistematização científica dessas percepções fortalece a atuação institucional do Ministério Público, ao fornecer subsídios empíricos para a adoção de medidas administrativas, extrajudiciais e judiciais voltadas à implementação de políticas públicas mais eficazes. Ao incorporar o conhecimento social produzido pelos jovens, a atuação ministerial amplia sua legitimidade democrática e contribui para aproximar a formulação das políticas públicas das realidades vivenciadas pela população local.

Além de contribuir para o diagnóstico dos desafios locais, os resultados deste estudo também apontam para a necessidade de fortalecer mecanismos institucionais permanentes de participação juvenil. A criação de espaços formais de escuta, como conselhos municipais de juventude, fóruns participativos ou programas educacionais voltados à cidadania, pode ampliar a capacidade do poder público de incorporar as percepções dos jovens nos processos decisórios.

Experiências internacionais demonstram que a participação juvenil em políticas públicas pode gerar impactos positivos tanto na qualidade das decisões governamentais quanto no fortalecimento da cultura democrática. Quando os jovens percebem que suas opiniões são consideradas pelos gestores públicos, aumenta a probabilidade de que desenvolvam maior confiança nas instituições e maior disposição para participar de processos coletivos.

No caso específico de municípios amazônicos de pequeno porte, a institucionalização de mecanismos participativos pode representar estratégia importante para reduzir assimetrias informacionais entre governo e sociedade. Ao incorporar o conhecimento produzido pela própria comunidade, o poder público passa a dispor de informações mais precisas sobre as necessidades locais, o que pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficientes e socialmente legítimas.

Outro aspecto relevante evidenciado pelo estudo diz respeito ao potencial das metodologias participativas como instrumentos de produção de conhecimento social. Ao permitir que os próprios jovens expressem suas percepções sobre os desafios enfrentados pela comunidade, iniciativas como o concurso de redação analisado

neste artigo ampliam as possibilidades de diagnóstico social e contribuem para aproximar as políticas públicas das experiências vividas pela população.

Esse tipo de abordagem dialoga com uma tendência crescente na literatura sobre governança democrática, que destaca a importância de integrar diferentes formas de conhecimento nos processos de formulação de políticas públicas. Além dos dados estatísticos produzidos por órgãos governamentais e institutos de pesquisa, as percepções e experiências dos cidadãos constituem fontes valiosas de informação sobre a realidade social.

No contexto amazônico, essa perspectiva assume relevância ainda maior. A diversidade sociocultural da região e as dificuldades logísticas associadas à coleta de dados tornam particularmente importante a valorização do conhecimento produzido pelas próprias comunidades locais. Ao reconhecer esse conhecimento como elemento legítimo para a formulação de políticas públicas, as instituições estatais podem ampliar sua capacidade de responder aos desafios específicos de cada território.

A experiência analisada neste estudo também sugere que o Ministério Público pode desempenhar papel relevante na promoção de metodologias participativas voltadas à produção de diagnósticos sociais. Ao articular iniciativas que envolvam escolas, organizações comunitárias e órgãos públicos, a instituição contribui para fortalecer redes locais de participação e para ampliar a circulação de informações entre sociedade e Estado.

Mais do que um exercício educacional, iniciativas como o concurso de redação analisado neste estudo podem desempenhar papel relevante na construção de diagnósticos sociais participativos. Ao permitir que jovens expressem suas percepções sobre os desafios enfrentados pela comunidade, tais iniciativas ampliam o repertório informacional disponível para gestores públicos e instituições responsáveis pela formulação e fiscalização de políticas públicas.

Nesse sentido, iniciativas semelhantes ao concurso de redação analisado neste trabalho podem ser replicadas em outros municípios amazônicos, contribuindo para a construção de bases empíricas que orientem a atuação institucional do Ministério Público e de outras entidades públicas. Nesse sentido, a incorporação sistemática de metodologias participativas voltadas à escuta da juventude pode contribuir para o fortalecimento de processos democráticos mais inclusivos e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades territoriais da Amazônia.

Por fim, o estudo demonstra que experiências de participação social, mesmo quando desenvolvidas por meio de mecanismos não tradicionais, podem produzir dados relevantes para o planejamento governamental e para o controle democrático das políticas públicas. A valorização da escuta juvenil, especialmente no contexto amazônico, revela-se estratégia promissora para o fortalecimento da democracia participativa e para a construção de políticas públicas mais sensíveis, inclusivas e efetivas, apontando caminhos para futuras iniciativas institucionais e pesquisas acadêmicas voltadas à participação cidadã em territórios periféricos.

7.1 Limitações do estudo e agenda para pesquisas futuras

Embora os resultados apresentados neste estudo contribuam para a compreensão das percepções juvenis sobre os desafios enfrentados pelo município de Itamarati, algumas limitações metodológicas devem ser reconhecidas.

A primeira limitação refere-se ao tamanho da amostra analisada. Embora as 56 redações examinadas representem aproximadamente 14,7% do universo de estudantes matriculados no ensino médio da rede pública local, o número de participantes ainda é relativamente reduzido quando considerado em termos estatísticos. Apesar da utilização de correção para população finita e da margem de erro estimada, estudos futuros com amostras mais amplas poderão oferecer maior precisão na identificação das percepções predominantes entre os jovens do município.

Outra limitação diz respeito ao perfil específico dos participantes. Como o concurso foi direcionado exclusivamente a estudantes do ensino médio da rede pública, as percepções analisadas refletem predominantemente a visão de jovens inseridos no sistema educacional formal. A inclusão de outros segmentos juvenis — como jovens que não frequentam a escola ou que já ingressaram no mercado de trabalho — poderia ampliar a diversidade de perspectivas e enriquecer a compreensão das dinâmicas sociais locais.

Além disso, o próprio formato da coleta de dados, baseado na produção de redações, pode influenciar o tipo de informação obtida. Embora esse método permita captar percepções espontâneas e reflexões mais elaboradas dos participantes, ele também pode limitar a exploração de determinados temas que poderiam emergir em metodologias complementares, como entrevistas em profundidade ou grupos focais.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem ampliar o escopo metodológico, combinando diferentes instrumentos de coleta de dados para aprofundar a análise das percepções juvenis. A realização de entrevistas qualitativas, por exemplo, poderia permitir explorar de forma mais detalhada as experiências e interpretações dos jovens sobre os problemas identificados.

Outra agenda promissora de pesquisa diz respeito à análise comparativa entre diferentes municípios amazônicos. Investigações que examinem percepções juvenis em cidades com características socioeconômicas semelhantes podem contribuir para identificar padrões regionais de demandas sociais e para compreender como fatores territoriais influenciam a forma como os jovens percebem os desafios enfrentados por suas comunidades.

Por fim, estudos futuros também podem investigar de maneira mais sistemática o impacto de iniciativas participativas, como o concurso de redação analisado neste trabalho, na formulação e implementação de políticas públicas. A avaliação longitudinal de tais experiências poderia revelar em que medida a escuta institucional da juventude contribui efetivamente para influenciar decisões governamentais e melhorar a qualidade das políticas públicas em contextos locais.

Apesar dessas limitações, os resultados obtidos neste estudo demonstram que metodologias participativas voltadas à escuta da juventude podem produzir dados relevantes para o diagnóstico social e para o aprimoramento da atuação institucional em municípios amazônicos de pequeno porte.

8. REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. **A ladder of citizen participation.** Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services.** New York: Russell Sage Foundation, 1980.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1970.